

## **A PRESENÇA FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO DO ABC EM 2015**

A taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho, na região do ABC, diminuiu, ao passar de 54,4%, em 2014, para 53,2%, em 2015, interrompendo crescimento registrado nos últimos três anos. Para os homens, esse indicador permaneceu praticamente estável (de 69,8% para 69,9%).

No mesmo período, a taxa de desemprego total elevou-se para ambos os sexos, mas de forma ligeiramente mais intensa entre os homens (de 9,9% para 11,8%) do que entre as mulheres (de 11,5% para 13,3%).

O aumento do desemprego feminino deveu-se à retração do seu nível ocupacional, atenuada pela saída de mulheres do mercado de trabalho da região. Já para os homens, tal crescimento decorreu da redução do nível de ocupação, uma vez que a População Economicamente Ativa – PEA permaneceu relativamente estável.

O nível de ocupação diminuiu mais entre as mulheres (-3,0%) do que para os homens (-2,2%). Entre elas registraram-se decréscimos na Indústria e, em menor intensidade, nos Serviços, parcialmente compensados pelo aumento no Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas. Para os homens, houve redução na Indústria, Construção e Serviços e acréscimo no Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas.

Quanto à formalização das relações de trabalho, diminuíram os contingentes de assalariados com e sem carteira de trabalho assinada do setor privado e aumentaram o emprego público para mulheres e homens e o número de autônomos e de ocupados nas demais posições. Manteve-se a tendência de redução do emprego doméstico entre as mulheres.

O rendimento médio real por hora das mulheres diminuiu com menor intensidade do que o dos homens, contribuindo para aproximá-los: enquanto, em 2014, os valores médios auferidos pelas mulheres correspondiam a 75,3% dos obtidos pelos homens, em 2015, essa proporção passou para 78,7%.

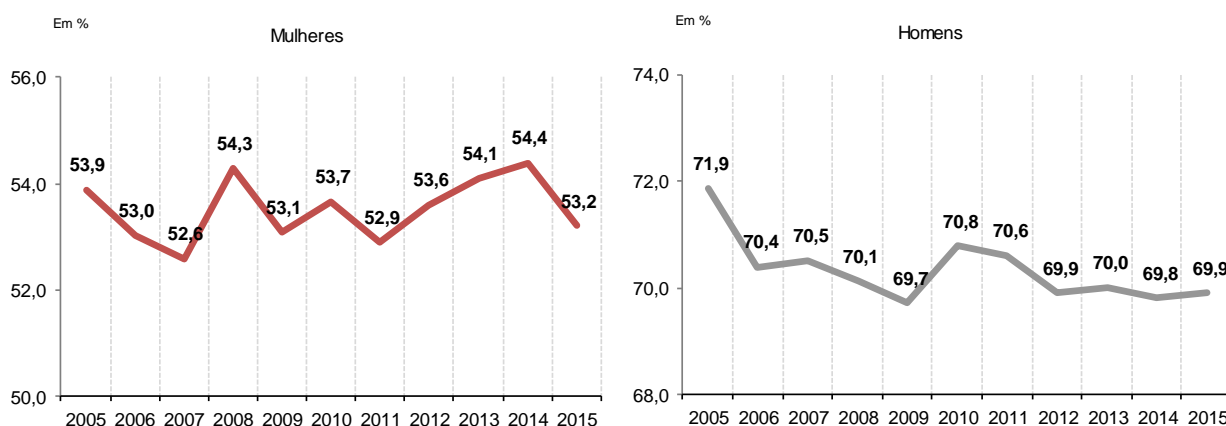
## MERCADO DE TRABALHO

### Taxa de participação feminina diminui, interrompendo crescimento dos últimos três anos

A presença feminina no mercado de trabalho na região do ABC diminuiu, interrompendo aumento observado nos últimos três anos, uma vez que sua taxa de participação - proporção de mulheres com dez anos de idade ou mais inseridas no mercado de trabalho, na situação de ocupadas ou de desempregadas - passou de 54,4% para 53,2%, entre 2014 e 2015 (Gráfico 1).

Essa taxa é inferior à observada na RMSP (55,4%), onde aumentou ligeiramente. Entre os homens, a taxa de participação permaneceu praticamente estável pelo terceiro ano consecutivo, ao passar de 69,8% para 69,9%, entre 2014 e 2015. Na RMSP, esse indicador aumentou ligeiramente (de 70,5% para 70,8%, no mesmo período).

**GRÁFICO 1**  
**Taxas de participação, por sexo**  
**Região do ABC (1) – 2005-2015**



Fonte: Secretaria do Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC

Nota:(1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul

A População Economicamente Ativa – PEA da região do ABC é constituída em maior proporção por homens (53,8%), da mesma forma que para o total de ocupados (54,2%) (Tabela 1). Em contrapartida, a parcela de mulheres desempregadas, que desde 2000 era superior à dos homens, diminuiu de 50,2% para 49,2%, entre 2014 e 2015, o que fez com que os homens retornassem a ser pouco mais da metade desse contingente.

**TABELA 1**  
**Distribuição da População Economicamente Ativa, por sexo, segundo condição de atividade**  
**Região do ABC (1) – 2014-2015**

Condição de atividade	Em porcentagem					
	2014			2015		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
População Economicamente Ativa	<b>100,0</b>	46,5	53,5	<b>100,0</b>	46,2	53,8
Ocupados	<b>100,0</b>	46,0	54,0	<b>100,0</b>	45,8	54,2
Desempregados	<b>100,0</b>	50,2	49,8	<b>100,0</b>	49,2	50,8

*Fonte: Secretaria do Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC*

*Nota: (1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul*

## **Desemprego aumenta com menor intensidade entre as mulheres**

Historicamente a taxa de desemprego é maior para as mulheres, o que pode ser observado no Gráfico 2. Entre 2014 e 2015, a taxa de desemprego total das mulheres aumentou pelo segundo ano consecutivo, passando de 11,5% para 13,3%, maior valor observado desde 2010 (14,4%).

Ainda assim, essa taxa tem se mantido nos menores patamares registrados na série da pesquisa iniciada em 1998, em que pese o arrefecimento da atividade econômica, pois também é pautada nas transformações sociais, notadamente a maior escolaridade e qualificação feminina, e nas mudanças nas relações familiares, que paulatinamente vêm alterando o modelo de família baseado no homem como chefe de família e provedor, criando novas dinâmicas nas relações de seus membros com o mercado de trabalho. É na família que se pautam as decisões sobre as possibilidades de cada um inserir-se no mundo do trabalho, com base não apenas na conjuntura econômica, mas também nas

relações de gênero e de idade, na posição na família e nas atribuições domésticas, segundo a composição da família.<sup>1</sup>

O contingente de desempregadas, em 2015, era composto, principalmente, por jovens de 16 a 24 anos (41,8%), seguidas pelas mulheres de 25 a 39 anos (34,0%). Por posição na família, a maior parte das desempregadas era formada por filhas (47,0%).

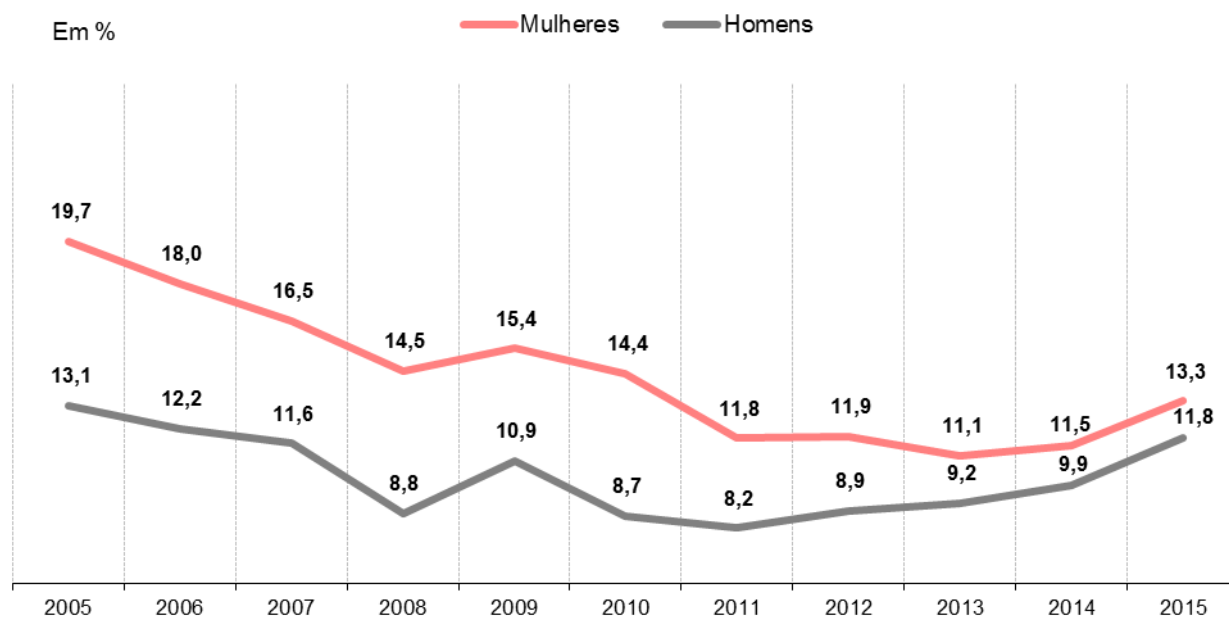
A elevação do desemprego para as mulheres decorreu da eliminação de 17 mil postos de trabalho, atenuada pelo decréscimo da População Economicamente Ativa – PEA feminina da região (8 mil pessoas deixaram de fazer parte da força de trabalho), resultando no aumento do contingente de desempregadas em 11 mil pessoas. Para os homens, o crescimento do número de desempregados em 14 mil pessoas deveu-se à redução do nível de ocupação (eliminação de 15 mil postos de trabalho) e à relativa estabilidade da População Economicamente Ativa – PEA masculina (mil pessoas se incorporaram à força de trabalho da região).

Com o ritmo diferenciado do crescimento das respectivas taxas de desemprego total, reduziu-se a distância entre as taxas de desemprego de mulheres e homens.

---

<sup>1</sup> Ver: Arranjo familiar e inserção feminina no mercado de trabalho da RMSP na década de 90. *Boletim Mulher & Trabalho*, n. 10, dezembro 2002; e *A inserção de chefes e cônjuges no mercado de trabalho*. Estudo especial março 2009. Disponível em: <[www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)>.

**GRÁFICO 2**  
**Taxas de desemprego total, por sexo**  
**Região do ABC (1) – 2005–2015**



Fonte: Secretaria do Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC

Nota: (1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul

Entre 2014 e 2015, o tempo médio de procura por trabalho pelos desempregados permaneceu estável em 31 semanas para as mulheres e aumentou em três semanas para os homens (de 29 para 32 semanas, no período em análise). Em 2005, esses valores correspondiam a 52 e 50 semanas, respectivamente.

### **Ocupação diminui mais para mulheres e redução do emprego formal é semelhante para ambos os sexos**

O nível de ocupação diminuiu 3,0% para as mulheres e 2,2% para os homens (Tabela 2). Com esses movimentos, pouco se alterou a parcela de mulheres no total de ocupados da região do ABC, que passou de 46,0% para 45,8% (Tabela 1).

**TABELA 2**  
**Variação do nível de ocupação, por sexo, segundo setores de atividade econômica**  
**Região do ABC (1) – 2014-2015**

Setores de atividade econômica	Em porcentagem	
	Mulheres	Homens
<b>TOTAL (2)</b>	<b>-3,0</b>	<b>-2,2</b>
Indústria de Transformação (3)	-16,3	-8,5
Metal-mecânica (4)	-13,9	-2,2
Construção (5)	(14)	-4,5
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (6)	8,4	7,0
Serviços (7)	-2,0	-1,1
Transporte, armazenagem e Correio (8)	(14)	-4,8
Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais, científicas e técnicas (9)	-12,9	-1,6
Atividades administrativas e serviços complementares (10)	-2,5	-2,7
Administração pública, defesa e seguridade social; educação, saúde humana e serviços sociais (11)	-3,5	-4,3
Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (12)	13,0	12,0
Serviços domésticos (13)	-6,2	(14)

Fonte: Secretaria do Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC

Nota: (1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul

(2) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar

(3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar

(4) Divisões 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 33 da CNAE 2.0 domiciliar

(5) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar

(6) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar

(7) Incluem atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar

(8) Seção H da CNAE 2.0 domiciliar

(9) Seções J, K, M da CNAE 2.0 domiciliar

(10) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar

(11) Seções O, P, Q da CNAE 2.0 domiciliar

(12) Seções I, S, R da CNAE 2.0 domiciliar

(13) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar

(14) A amostra não comporta desagregação para essa categoria

Em 2015, o contingente de ocupadas era composto, sobretudo, por mulheres de 25 a 39 anos (40,8%). Por posição na família, elas eram principalmente cônjuges (47,2%), sendo que as filhas perfaziam 24,4% e as chefes representavam 23,7%.

As mulheres ocupadas eram mais escolarizadas do que os homens, em 2015: enquanto 47,0% tinham o ensino médio completo e 27,9% possuíam o superior completo, entre os homens esses percentuais eram de 49,6% e 19,1%, respectivamente.

A retração do nível de ocupação entre as mulheres refletiu os decréscimos na Indústria (-16,3%), principalmente na metal-mecânica (-13,9%) e nos Serviços (-2,0%), parcialmente compensados pelo aumento no Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (8,4%) (Tabela 2). Entre os homens, houve redução na Indústria (-8,5%), na Construção (-4,5%) e nos Serviços (-1,1%) e crescimento no Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (7,0%).

Nos Serviços, que abrigam 69,1% da mão de obra feminina na região, a retração do nível de ocupação entre as mulheres resultou de decréscimos nos ramos de informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais científicas e técnicas (-12,9%), que tradicionalmente melhor remuneraram sua mão de obra, serviços domésticos (-6,2%), administração pública, defesa e seguridade social; educação, saúde humana e serviços sociais (-3,5%) e atividades administrativas e serviços complementares (-2,5%). Houve aumento em alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (13,0%). Entre os homens, os Serviços são responsáveis pela absorção de 39,4% dos ocupados, em razão de concentrar atividades que historicamente absorvem maior proporção de trabalho feminino, em especial os ramos administração pública, defesa e seguridade social; educação, saúde humana e serviços sociais, atividades de alojamento e alimentação; artes, cultura, esporte e recreação, além dos serviços domésticos (Tabela 3). A Indústria emprega 30,9% dos homens ocupados e a Construção responde por 9,5%. Com exceção do Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas, que cresceu 7,0%, todos os demais setores de atividade tiveram redução do seu nível ocupacional, entre 2014 e 2015.

**TABELA 3**  
**Distribuição dos ocupados, por sexo, segundo setores de atividade econômica**  
**Região do ABC (1) – 2014-2015**

Setores de atividade	Em porcentagem			
	Mulheres		Homens	
	2014	2015	2014	2015
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Indústria de Transformação (2)	15,9	13,8	33,0	30,9
Metal-mecânica (3)	6,2	5,5	20,3	20,3
Construção (4)	(14)	(14)	9,8	9,5
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (5)	14,4	16,0	17,0	18,5
Serviços (6)	68,3	69,1	38,9	39,4
Transporte, armazenagem e Correio (7)	(14)	(14)	9,2	8,9
Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais, científicas e técnicas (8)	10,7	9,6	9,0	9,0
Atividades administrativas e serviços complementares (9)	6,9	7,0	5,5	5,4
Administração pública, defesa e seguridade social; educação, saúde humana e serviços sociais (10)	24,5	24,5	6,8	6,7
Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (11)	11,9	13,9	7,3	8,4
Serviços domésticos (12)	11,3	10,9	(14)	(14)
Outros (13)	(14)	(14)	(14)	(14)

*Fonte: Secretaria do Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC*

*Nota: (1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul*

*(2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar*

*(3) Divisões 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 33 da CNAE 2.0 domiciliar*

*(4) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar*

*(5) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar*

*(6) Inclui atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar)*

*(7) Seção H da CNAE 2.0 domiciliar*

*(8) Seções J, K, M da CNAE 2.0 domiciliar*

*(9) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar*

*(10) Seções O, P, Q da CNAE 2.0 domiciliar*

*(11) Seções I, S, R da CNAE 2.0 domiciliar*

*(12) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar*

*(13) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar*

*(14) A amostra não comporta desagregação para esta categoria*

As mulheres ocupadas estão inseridas, principalmente, nos Serviços, com destaque para as áreas de saúde, educação, serviços sociais, etc.

Na Indústria, o ramo da metal-mecânica empregava 5,5% das mulheres ocupadas e 20,3% dos homens, em 2015.

Por posição na ocupação, as mais protegidas pela legislação trabalhista tiveram comportamentos diferenciados: diminuiu o assalariamento feminino com carteira de trabalho assinada no setor privado (-6,2%) e aumentou no setor público (4,5%) (Tabela 4). Quanto às outras formas de inserção no mercado de trabalho, cresceu o trabalho



autônomo (7,7%) e retraíram-se o assalariamento privado sem carteira (-7,7%) e o emprego doméstico (-6,2%) – tanto entre as mensalistas (-2,8%) como para as diaristas (-13,3%).

No caso dos homens, movimentos semelhantes foram observados, com redução do número de assalariados no setor privado com carteira de trabalho assinada (-5,0%) e aumento no setor público (10,0%), entre 2014 e 2015. Nas formas menos protegidas de inserção, houve diminuição entre os assalariados no setor privado que não possuíam carteira de trabalho assinada (-10,7%) e crescimento entre os autônomos (3,4%) e os classificados nas demais posições (7,4%).

**TABELA 4**  
**Variação do nível de ocupação, por sexo, segundo posição na ocupação**  
**Região do ABC (1) – 2014-2015**

Posição na ocupação	Em porcentagem	
	Mulheres	Homens
<b>Total</b>	<b>-3,0</b>	<b>-2,2</b>
Total de assalariados (2)	-4,6	-4,6
Setor privado	-6,6	-5,5
Com carteira assinada	-6,2	-5,0
Sem carteira assinada	-7,7	-10,7
Setor público (3)	4,5	10,0
Autônomos	7,7	3,4
Empregados domésticos	-6,2	(5)
Mensalistas	-2,8	(5)
Diaristas	-13,3	(5)
Demais posições (4)	2,4	7,4

Fonte: Secretaria do Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC

Nota: (1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul

(2) Inclusive aqueles que não informaram o segmento em que trabalham

(3) Inclui os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.)

(4) Incluem empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração e outras posições ocupacionais

(5) A amostra não comporta desagregação para essa categoria

Esse desempenho refletiu-se na diminuição da parcela de assalariadas no setor privado com carteira de trabalho assinada (de 53,2%, em 2014, para 51,3%, em 2015) e de empregadas domésticas (de 11,3% para 10,9%, devido ao decréscimo das diaristas) e na ampliação da proporção de assalariadas no setor público (de 11,6% para 12,4%) de autônomas (de 11,1% para 12,4%) e das classificadas nas demais ocupações (de 6,0% para 6,5%).

Entre os homens, também nota-se retração da parcela de assalariados do setor privado com carteira de trabalho assinada (de 61,6% para 59,9%) e aumento para os assalariados do setor público (de 4,4% para 5,0%), autônomos (de 17,5% para 18,5%) e os classificados nas demais posições (de 7,9% para 8,7%).

Ao se considerar o conjunto de ocupações cujos vínculos são mais protegidos pela legislação trabalhista (assalariamento privado com carteira e público), há decréscimo de 1,0 p.p. tanto para as mulheres como para homens.

Entretanto, mulheres e homens assalariados permaneceram mais tempo em seus empregos atuais: para elas, o tempo médio passou de 61 meses, em 2014, para 62 meses, em 2015; e, para os homens, ampliou-se de 71 para 74 meses, no período analisado. Considerando um espaço de tempo mais longo, entre 2005 e 2015, observa-se que a permanência no trabalho aumentou em seis meses para as mulheres e em oito para os homens.

**TABELA 5**  
**Distribuição dos ocupados, por sexo, segundo posição na ocupação**  
**Região do ABC (1) – 2014-2015**

Posição na ocupação	Em porcentagem			
	Mulheres		Homens	
	2014	2015	2014	2015
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Total de assalariados (2)	71,4	70,2	74,3	72,5
Setor privado	59,9	57,7	69,9	67,5
Com carteira assinada	53,2	51,3	61,6	59,9
Sem carteira assinada	6,7	6,4	8,3	7,5
Setor público (3)	11,6	12,4	4,4	5,0
Autônomos	11,2	12,4	17,5	18,5
Empregados domésticos	11,3	10,9	(5)	(5)
Mensalistas	6,2	6,2	(5)	(5)
Diaristas	5,2	4,7	(5)	(5)
Demais posições (4)	6,0	6,5	7,9	8,7

Fonte: Secretaria do Planejamento Gestão. Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC

Nota: (1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul

(2) Inclui aqueles que não informaram o segmento em que trabalham

(3) Inclui os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.)

(4) Incluem empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração e outras posições ocupacionais

(5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

### **Rendimento das mulheres diminui em menor intensidade do que o dos homens e passa a equivaler a 78,7% do obtido por eles**

O rendimento médio real mensal dos ocupados na região do ABC, em 2015, equivalia a R\$ 1.789 para as mulheres e a R\$ 2.512 para os homens. Porém, como a jornada semanal média de trabalho dos homens (42 horas) é maior do que a das mulheres (38 horas), o rendimento médio real por hora torna-se a medida mais apropriada para comparar esses segmentos.

Em 2015, o rendimento médio por hora correspondeu a R\$ 11,00 para as mulheres, 3,5% inferior ao registrado no ano anterior, e a R\$ 13,97 para os homens, 7,7% menor do que em 2014. Esse desempenho diferenciado aproximou os respectivos rendimentos: em 2014, o valor recebido pelas mulheres correspondia a 75,3% daquele auferido pelos homens, proporção que passou para 78,7%, em 2015.

Ao se considerar um período mais longo, percebe-se que essa diferença já foi maior: em 2005, as mulheres recebiam 66,5% do rendimento obtido pelos homens.

A redução do rendimento médio real por hora das mulheres, entre 2014 e 2015, decorreu de decréscimos no Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (-6,5%) e nos Serviços (-4,2%), parcialmente compensados pelo aumento na Indústria de Transformação (1,9%). Entre os homens, todos os setores de atividade registraram retração: -9,3% nos Serviços; -8,5% no Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas; e -3,5% na Indústria de Transformação – com destaque para a metal-mecânica (-10,3%).

Em virtude dos movimentos distintos na evolução dos rendimentos médios reais obtidos nos setores de atividade, diminuiu a diferença entre mulheres e homens na Indústria, maior empregador de mão de obra masculina, com o rendimento feminino médio por hora passando a equivaler 74,7% do masculino (em 2014, correspondia a 70,7%), no Comércio (passou de 79,4%, em 2014, para 81,1%, em 2015) e nos Serviços (de 71,7% para 75,7%, no período) (Tabela 6).

É no Comércio que se encontra a menor diferença de rendimentos entre mulheres e homens, seguido pelos Serviços e, por último, a Indústria de Transformação.

**TABELA 6**  
**Rendimento médio real por hora (1) dos ocupados (2) no trabalho principal, por sexo,**  
**segundo setores de atividade econômica**  
**Região do ABC (3) – 2014-2015**

Setores de atividade	Rendimento médio real por hora				Variação 2015/2014		Rendimento das mulheres em	
	Mulheres		Homens		(%)		relação ao dos homens (%)	
	2014	2015	2014	2015	Mulheres	Homens	2014	2015
<b>Total de ocupados (4)</b>	<b>11,40</b>	<b>11,00</b>	<b>15,13</b>	<b>13,97</b>	<b>-3,5</b>	<b>-7,7</b>	<b>75,3</b>	<b>78,7</b>
Indústria de Transformação (5)	11,68	11,90	16,51	15,94	1,9	-3,5	70,7	74,7
Metal-mecânica (6)	(13)	(13)	18,71	16,78	-	-10,3	-	-
Construção (7)	(13)	(13)	(13)	(13)	-	-	-	-
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (8)	9,07	8,48	11,42	10,45	-6,5	-8,5	79,4	81,1
Serviços (9)	11,82	11,32	16,49	14,96	-4,2	-9,3	71,7	75,7
Administração pública, defesa e seguridade social; educação, saúde humana e serviços sociais (10)	14,37	14,56	(13)	(13)	1,3	-	-	-
Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (11)	(13)	7,59	(13)	(13)	-	-	-	-
Serviços domésticos (12)	7,45	(13)	(13)	(13)	-	-	-	-

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese e MTE/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC

Nota: (1) Inflator utilizado: ICV-Dieese. Em reais de novembro de 2015

(2) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício. Exclusive os que não trabalharam na semana

(3) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul

(4) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar

(5) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar

(6) Divisões 24 a 30 e 33 da CNAE 2.0 domiciliar

(7) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar

(8) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar

(9) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar

(10) Seções O, P e Q da CNAE 2.0 domiciliar

(11) Seções I, S e R da CNAE 2.0 domiciliar

(12) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar

(13) A amostra não comporta desagregação para esta categoria

Por posição na ocupação, os rendimentos médios reais por hora de mulheres e homens retraíram-se de forma generalizada (Tabela 7). No total dos assalariados, a redução do rendimento foi de 3,2% para as mulheres e 8,1% para os homens, fazendo com que a proporção dos rendimentos femininos em relação ao masculino passasse de 80,3%, em 2014, para 84,6%, em 2015. Entre os assalariados do setor privado com carteira de trabalho assinada, o decréscimo foi de 1,3% para as mulheres e 7,2% para os homens, o que provocou uma diminuição do diferencial entre os sexos (em 2015, o rendimento feminino correspondia a 78,1% do masculino, proporção que era de 73,4% em 2014), melhorando, assim, a situação das assalariadas do setor privado em relação aos homens (de 75,7%, em 2014, para 80,1%, em 2015).

**TABELA 7**  
**Rendimento médio real (1) por hora dos ocupados (2) no trabalho principal, por sexo,**  
**segundo posição na ocupação**  
**Região do ABC (3) – 2014-2015**

Posição na ocupação	Rendimento médio real por hora				Variação 2015/2014 (%)		Rendimento das mulheres em relação ao dos homens (em %)	
	Mulheres		Homens					
	2014	2015	2014	2015	Mulheres	Homens	2014	2015
TOTAL	11,40	11,00	15,13	13,97	-3,5	-7,7	75,3	78,7
Total de assalariados (4)	11,96	11,58	14,89	13,69	-3,2	-8,1	80,3	84,6
Setor privado	10,70	10,58	14,14	13,21	-1,1	-6,6	75,7	80,1
Com carteira assinada	10,88	10,74	14,82	13,76	-1,3	-7,2	73,4	78,1
Sem carteira assinada	(7)	(7)	(7)	(7)	-	-	-	-
Setor público (5)	(7)	(7)	(7)	(7)	-	-	-	-
Autônomos	(7)	(7)	12,93	12,13	-	-6,2	-	-
Empregados domésticos	7,45	(7)	(7)	(7)	-	-	-	-
Demais posições (6)	(7)	(7)	(7)	(7)	-	-	-	-

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese e MTE/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC

Nota: (1) Inflator utilizado: ICV-Dieese. Em reais de novembro de 2015

(2) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício. Exclusive os que não trabalharam na semana de referência

(3) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul

(4) Inclusive aqueles que não informaram o segmento em que trabalham

(5) Inclui os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.)

(6) Incluem empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração e outras posições ocupacionais

(7) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria